



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - IEPTEC
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000011/2026

Órgão Demandante: Instituto Estadual de Educação Profissional e Tecnológica – IEPTEC
Modalidade de Licitação: PREGÃO ELETRÔNICO - SRP
Critério de Julgamento: Menor Preço por item
Descrição de Categoria de Investimento: () Capacitação; () Equipamento de Apoio; () Equipamento de TI; () Consultoria/Auditoria/Assessoria; () Bens de Consumo; (X) Material Permanente; () Despesa de Capital; (X) Material de Consumo () Serviços Terceiros Pessoa Jurídica.
Unidade Administrativa Solicitante: Departamento de Programas e Projetos - DPP/IEPTEC

1. OBJETO

- 1.1. Adquirir recursos pedagógicos acessíveis e materiais específicos para o Atendimento Educacional Especializado, destinados ao apoio pedagógico e à promoção da educação inclusiva na rede IEPTEC.

2. TABELA DE ITENS

ITEM	DESCRIÇÃO DOS ITENS	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDA DE DE CONSUMO	QUANTID ADE DE REGISTR O	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
------	------------------------	-------------------------	------------------------------	-----------------------------------	-------------------	----------------



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - IEPTEC
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000011/2026

1	<p>278 - CONJUNTO ALFABETO</p> <p>Material: Madeira Mdf</p> <p>Tamanho Letra: 4 X 4 Cm</p> <p>Cor: Colorido</p> <p>Características Adicionais: Com Letras Do Alfabeto E Sinais Em Libras</p> <p>Observação: Alfabeto Vazado em Braille , peças em MDF; 26 peças: vogais e as consoantes, incluindo as letras K, W e Y, que foram oficialmente integradas ao alfabeto após o último Acordo Ortográfico; Medindo no mínimo 90x40x3 mm; Embalagem: Estojo de MDF - 226x124x40 mm. Pontos Em Alto Relevo, estojo em MDF.</p>	UNIDADE	7	20		
2	<p>8949 - LUPA</p> <p>Formato: Redonda</p> <p>Tipo: Portátil</p> <p>Faixa Ampliação: Mínimo 2 Vezes</p> <p>Material Cabo: Plástico</p> <p>Características Adicionais: Bordas Altas P/Proteção Lente E Estojo</p> <p>Diâmetro: 75</p> <p>Observação: Lupa com cabo west (cabo ergonômico, leve e fácil de transportar); 75mm Diâmetro. Dimensões da peça: 7,5 x 1,5 x 15,5cm (CxLxA) - Tipo de Embalagem: Caixa litografada - Dimensões da Embalagem: 18 x 2 x 2cm (CxLxA) - Material: Vidro e Plástico (ABS) - Cor: Preto - Lente Ø75mm; - Aumento: 2X.</p>	UNIDADE	10	30		



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - IEPTEC
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000011/2026

3	<p>8949 - LUPA</p> <p>Tensão: Bivolt</p> <p>Observação: LUPA ELETRÔNICA - Lupa Eletrônica Tipo: Portátil, Tipo Acoplamento: Suporte Com Perna, Fonte Alimentação: Carregador, Faixa Ampliação: 2 A 14 Vezes. Vídeo Lupa Digital Portátil Tela 5,0" Colorida. Tela LCD colorida de alta definição de 5.0", ampliação continuamente ajustável de 3x a 48x. Possui 26 modos de cores para uma leitura ainda mais confortável e agradável. Bateria de lítio 2500mAh recarregável. Possui uma função de prompt de voz, lanterna e suporte para escrita. Alça removível. Detalhes Técnicos: Tela de LCD 5.0" colorida de alta definição 800x480p. Ampliação continuamente ajustável de 3x-48x. 26 modos de cores para melhor leitura. Bateria de lítio 2500mAh recarregável, com uso contínuo de 4 horas. Brilho ajustável do backlight e intensidade ajustável da luz de preenchimento. Congelamento de tela: congela uma imagem de texto na tela para facilitar a leitura. Função de cortina eletrônica: destaca o texto horizontalmente e verticalmente para evitar interferência de luz. As imagens podem ser capturadas, salvas, lembradas e transferidas para um PC. Função de prompt de voz suportada (30 segundos). Função de lanterna. Saída de TV: suporta saída HDMI 1080i 60 Fps ou saída Audio/Vídeo. Suporte para escrita para ajudar a escrever. Desliga automaticamente sem uso por 3 minutos. Alça removível para uso confortável e fácil. Detalhes do Produto: Dimensão: 150 (L) x 84 (C) x 30 (A) mm, (5,9 x 3,3 x 1,2 "). Peso: 230g (8,5oz) incluindo a bateria. Inclui: 1 Vídeo Lupa Digital Portátil Tela 5,0" Colorida. 1 bateria, 1 cabo de saída de vídeo. 1 cabo HDMI. 1 cabo de carregamento USB. 1 adaptador de energia AC (110V-240V). 1 manual do usuário. 1 pano de limpeza. 1 cordão. 1 bolsa de transporte. 1 bracket.</p>	UNIDADE	2	8		
4	<p>8543 - JOGO DE DAMAS</p> <p>Nome: Areia - Uso Laboratorio</p> <p>Observação: Jogos de Damas em madeira. Cor: multicolor.</p> <p>Dimensões do produto ?24 x 4 x 24 cm; 240 g. Idade recomendada ?7 - 10 anos. Jogo De Damas Adaptado Tátil Inclusão Aee Mdf 30x30 Cm - Design tátil em MDF, ideal para promover a inclusão e o aprendizado de forma divertida e interativa. Nome do jogo de tabuleiro: Dama Adaptada. Idioma Português. Tipo de jogo: Estratégia e raciocínio. Componentes do jogo: Peças em MDF.</p>	UNIDADE	10	30		



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - IEPTEC
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000011/2026

5	<p>8556 - JOGO XADREZ</p> <p>Formato: Quadrado</p> <p>Aplicação: Lazer E Entretenimento</p> <p>Características Adicionais: Tabuleiro Tipo Caixa</p> <p>Acondicionamento Peças</p> <p>Material: Madeira</p> <p>Observação: Jogo de Xadrez com Caixa em Madeira Reflorestada; 32 peças plásticas; Indicado para maiores de 7 anos. Acompanha manual de regras e tabuleiro em madeira dobrável. Medidas aproximadas: 26 x 26 x 4 cm (Comprimento x Altura x Largura). Garantia contra defeito de fabricação.</p>	JG - JOGO	10	30		
6	<p>8533 - JOGO / BRINQUEDO PEDAGÓGICO</p> <p>Material: Mdf</p> <p>Tipo: Quebra- Cabeça</p> <p>Quantidade: 300 Peças</p> <p>Características Adicionais: Conforme Modelo Apresentado</p> <p>Tamanho: 77 X 50</p> <p>Observação: Jogo de Quebra-Cabeça; adulto; Material: Mdf. Quantidade de peças: 300 peças grandes e resistentes, com verso numerado. Encaixe suave. Idade recomendada a partir de 10 anos. Comprimento x Largura 26 cm x 20 cm. Altura 5 cm.</p>	UNIDADE	10	30		
7	<p>16 - LÁPIS DE COR</p> <p>Material: Madeira</p> <p>Cor: Diversas</p> <p>Diâmetro Carga: 2</p> <p>Formato: Cilíndrico</p> <p>Comprimento Total: 170</p> <p>Características Adicionais: Tamanho Grande Com 12 Cores</p> <p>Observação: Lápis de cor apagável; caixa com 12 cores; Corpo em Resina e Pigmentos, Virola de Alumínio e Borracha em Resina Plástica. Lápis de cor apagável, permitindo correções e alterações nos desenhos. Lápis sextavado com corpo em resina e pigmentos, virola de alumínio e borracha em resina plástica. Descrição da ponta da ferramenta ?Cinzel. Cobertura ?Madeira. Recursos especiais ?Lavável, Não tóxico. Componentes incluídos ?Borracha. Dimensões da embalagem ?20,6 x 14 x 8 cm; 220 g.</p>	CX - CAIXA	16	50		



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - IEPTEC
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000011/2026

8	18768 - LÁPIS Tipo: Atóxico Cor: Preta Aplicação: Desenho Artístico Material: Carvão Macio Observação: Kit 5 Lápis Técnicos BRW Grafite Desenho HB 2B 4B 6B 8B - Unidades por kit: 5. Lápis de Madeira. Grafite de alta qualidade com diferentes graduações. Formato sextavado. Lápis com traços firmes e consistentes para desenhos detalhados. Conjunto com 5 lápis para variedade de tons e profundidades. Tipo de lápis: Grafite. Graduação HB/2B/4B/6B/8B.	KIT	16	50		
9	196 - CADERNO Material: Papel Off-Set Quantidade Folhas: 80 Gramatura Folhas: 56 Material Capa: Papelão Revestida Com Papel-Couché Comprimento: 275 Largura: 200 Características Adicionais: Capa Dura Observação: Caderno Espiral Capa Dura Universitário 1 Matéria. Número de folhas: 80 folhas. Gramatura: 56 g/m². Formato: 200mm x 275mm. Modelo: Universitário. Número de matérias: 1 matéria. Miolo: folhas brancas e pautadas. Espiral: colorido. Capa: dura. Produto certificado: FSC.	UNIDADE	10	30		
10	8533 - JOGO / BRINQUEDO PEDAGÓGICO Material: Madeira Tipo: Blocos De Montar Quantidade: 120 Peças Características Adicionais: Certificado Inmetro , A Partir De 3 Anos, Brincando Tamanho: Variados Cor: Multicolor Observação: Brincando de Engenheiro; Composto de 150 peças confeccionadas em madeira reflorestada e tinta atóxica. Peças com diversos formatos. Idade 3 - 4 anos, 5 - 7 anos, 8 - 11 anos. Garantia do produto: 90 dias do fabricante (incluindo garantia legal). Certificado Homologado pelo Inmetro. Embalagem: Medidas aproximadas 35,0 x 28,0 x 10cm.	UNIDADE	10	32		



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - IEPTEC
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000011/2026

11	8533 - JOGO / BRINQUEDO PEDAGÓGICO Material: Madeira Mdf Características Adicionais: Caixa De Madeira Quantidade: 40 Peças Tipo: Jogo Da Memória Tamanho: 5 X 5 Outros Componentes: Peças Serigrafadas Com Imagens E Seus Pares Em Pal Observação: Jogo de memória terapêutico, para adultos; Faixa Etária 16 a 99+; Composto por: 8 cartões com cenas; 8 cartões com 5 perguntas cada; Dimensões mínimas das cartas: 12,0 × 11,0 × 2,0 cm; Temas diversos.	UNIDADE	10	30		
12	19783 - LIVRO DIDÁTICO Formato: Impresso Grau: Educação Infantil Conteúdo: Língua Portuguesa Definição: Livro Infantil, Musical, Idioma Portugues Observação: Livro interativo Texturas diversas; Elementos táteis em feltro; Capa dura, resistente e laminação brilho para durabilidade; Idioma: Português. Sentidos e sensações em Infante e Juvenil. Dimensões mínimas? : ? 17.5 x 1.5 x 23.5 cm. Conteúdo da Embalagem: 1 Livro	UNIDADE	10	30		
13	19783 - LIVRO DIDÁTICO Formato: Impresso Grau: Educação Infantil Conteúdo: Língua Portuguesa Definição: Livro Infantil, Musical, Idioma Portugues Observação: Alfabeto Móvel. (Escolinha Todolivre). Possui 80 peças, com alto-relevo e tracejado (frente/verso). Identificação das vogais e consoantes pela cor. Capa comum. Edição português. Peso do produto ? : ? 280 g Idade de leitura ? : ? 5 - 8 anos Dimensões ? : ? 27 x 19.8 x 2.8 cm	UNIDADE	10	30		
14	8533 - JOGO / BRINQUEDO PEDAGÓGICO Observação: Jogo Cartas Educativas "como me sinto", 24 cartas ilustradas e fichas com expressões de emoções, em papel couché. Dimensões: 15 × 10 × 3 cm. Cor: colorido. Idade 3 -5 anos , 6 -8 anos , 9 – 11 anos , 12+	UNIDADE	3	10		
15	8533 - JOGO / BRINQUEDO PEDAGÓGICO Observação: Jogo cubo das emoções; Idade recomendada: a partir de 6 anos. Peso e medidas aproximadas da embalagem: 16 x 11 x 4 cm, 165 g. Certificação de segurança Inmetro.	UNIDADE	3	10		



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - IEPTEC
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000011/2026

16	8533 - JOGO / BRINQUEDO PEDAGÓGICO - Jogo Soletrando. Jogo Pedagógico Estimula Raciocínio Rápido Soletrando. Observação: Jogo Soletrando; Adulto, caixa com 528 fichas com palavras; 10 fichas numeradas de 0 a 10; 01 tabuleiro; 01 ampulheta; Alfabeto móvel com 25 vogais (5 de cada) 105 Consoantes (5 de cada), 12 Sinais Gráficos INDICAÇÃO / UTILIZAÇÃO: Idade Recomendada: 8+ Anos. Medidas da caixa: 42cm x 28cm x 08 cm. Imagens meramente ilustrativas. Garantia do vendedor.	UNIDADE	3	10		
17	8533 - JOGO / BRINQUEDO PEDAGÓGICO JOGO / BRINQUEDO PEDAGÓGICO. JOGOS, BRINQUEDOS E ARTIGOS CORRELATOS COM RODAS - Brinquedo Educativo Numerais 0 A 9 Em Braille Mdf, Baixa Visão Madeira. Numerais 0 A 9 Em Braille MDF. Composto por 10 peças em MDF. Tamanho 4 x 8 x 0,6 cm com numerais do 0 ao 9 nos Sistemas de Escrita Braille alto relevo e decimal. Embalagem Caixa de madeira tamanho 18 x 18 x 6,5 cm. Certificado pelo INMETRO. Observação: Numerais 0 a 9 ; educativos em Braille; material MDF; Tamanho mínimo 8cm x 8cm; caixa de madeira medindo no mínimo 11X11X5 cm	UNIDADE	3	10		
VALOR TOTAL						

2.1. Caso haja divergência na descrição do item do sistema de compras e do Termo de Referência, será considerado válido a descrição do Termo de Referência.

2.2. As propostas apresentadas na sessão pública deverão ter validade de 90 (noventa) dias.

2.3. A empresa deve apresentar em sua proposta, especificação, marca, modelo e código do produto do objeto, tendo como anexo a documentação técnica com as características detalhadas dos itens, através de “folders”, catálogos e demais literaturas técnicas editadas pelos fabricantes, **sendo vedada a mera reprodução da descrição constante em edital**. Serão aceitas cópias das especificações obtidas no sítio na internet do fabricante juntamente com o endereço do sítio.

2.4. Os itens devem ser novos, acondicionados em embalagens próprias, sem quaisquer avarias e originais de fábrica com garantia mínima de 12 (doze) meses, quando não expressamente descrito no item, bem como assistência técnica autorizada no território nacional.

2.5. A entrega deverá ser acompanhada de nota fiscal e termo de garantia.

2.6. O prazo de entrega é de 30 (trinta) dias corridos, podendo sofrer alterações conforme critérios de conveniência e mediante negociação entre as partes, contados da emissão da nota fiscal, no seguinte endereço:



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - IEPTEC
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000011/2026

Almoxarifado, Rua Estácio de Sá , 45 - Bairro José Augusto Rio Branco - AC - CEP 69900794, no horário de expediente da contratante.

- 2.7. Os itens solicitados neste TR estão previstos no PCA/2026.
- 2.8. No preço ofertado, além de estar compatível com o de mercado, deverão estar inclusos todos os custos necessários, tais como: impostos, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, frete, deslocamento de pessoal e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o valor do item.

3. FUNDAMENTAÇÃO DE CONTRATAÇÃO

- 3.1. O presente procedimento licitatório será realizado na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço por item, nos termos do art. 28, inciso I, c/c art. 6º, inciso XLI, da Lei nº 14.133/2021, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 11.363/2023. Lei Complementar nº 123/2006 e demais normas aplicáveis.
- 3.2. Os bens enquadram-se como bens comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.

4. QUANTIDADE DOS ITENS

- 4.1. A estimativa das quantidades a serem contratadas está prevista no plano de trabalho para o Atendimento Educacional Especializado, destinados ao apoio pedagógico e à promoção da educação inclusiva na rede IEPTEC.
- 4.2. A estimativa da quantidade dos itens está compatível com os CEPT da rede IEPTEC.
- 4.3. Para o dimensionamento dos quantitativos, foi demandado as coordenações gerais dos CEPT, a especificação dos itens e suas quantidades.
- 4.4. Ao Departamento de Programas e Projetos coube as conferências, totalização, racionalização, análise das demandas e a formalização do processo de aquisição para atender o planejamento.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 5.1. A solução consiste na aquisição de um conjunto de materiais pedagógicos, jogos educativos, livros didáticos acessíveis e instrumentos de apoio à baixa visão, destinados ao fortalecimento das práticas pedagógicas inclusivas.
- 5.2. Os materiais contemplam recursos para estímulo cognitivo, alfabetização, desenvolvimento sócio emocional, percepção sensorial e aprendizagem lúdica, incluindo itens específicos para acessibilidade educacional, como materiais em Braille, livros em alto relevo e instrumentos de apoio visual.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - IEPTEC
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000011/2026

- 5.3. A solução envolve a aquisição dos seguintes grupos de materiais:
- 5.3.1. Recursos pedagógicos em Braille e materiais acessíveis;
- 5.3.2. Jogos educativos e pedagógicos;
- 5.3.3. Materiais didáticos inclusivos;
- 5.3.4. Materiais de apoio à baixa visão;
- 5.3.5. Livros didáticos adaptados.
- 5.4. A aquisição desses materiais permitirá ampliar o uso de metodologias pedagógicas ativas, interativas e inclusivas, favorecendo o processo de ensino e aprendizagem.
- 5.5. Os licitantes deverão cadastrar propostas que atendam às especificações que compõem o procedimento, em qualidade e exigências contidas no documento de formalização de demandas. As empresas devem atentar-se ao quantitativo total solicitado, visto que não serão aceitas propostas que apresentem quantidades inferiores ao informado.
- 5.6. No Termo de Referência, haverá uma tabela na qual constará as quantidades demandadas. Os licitantes devem analisar com atenção os dados desta tabela, sendo que as propostas das licitantes interessadas já devem contemplar todo o custo para o fornecimento dos equipamentos, inclusive o frete, taxas e demais encargos necessários à execução do objeto.
- 5.7. As especificações técnicas contidas no presente documento, inclusive quanto ao detalhamento, requisitos, características, e quantitativos do objeto da contratação, foram definidos pelas unidades e setor (es) demandante (s), com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público.
- 5.8. As empresas vencedoras do certame deverão efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições de qualidade, conforme proposta aceita durante a sessão de licitação, de acordo com a especificação do item contida no Termo de Referência e no local de entrega constante do instrumento convocatório, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a marca, garantia, dentre outras informações cabíveis.
- 5.9. O prazo de entrega dos equipamentos é de 30 (trinta) dias corridos, podendo sofrer alterações conforme critérios de conveniência e mediante negociação entre as partes, contados da emissão da nota fiscal, no seguinte endereço: ***Almoxarifado, Rua Estácio de Sá , 45 - Bairro José Augusto Rio Branco - AC - CEP 69900794, no horário de expediente da contratante.***
- 5.10. Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos em prazo a ser definido pela Contratante, a contar da notificação à Contratada, às custas desta, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
- 5.11. Dessa forma, a solução atende aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento, interesse público e desenvolvimento nacional sustentável, previstos na Lei nº 14.133/2021, demonstrando-se necessária e adequada para suprir a demanda identificada, bem como alinhada às boas práticas de governança e gestão das



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - IEPTEC
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000011/2026

contratações públicas.

6. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

- 6.1. A adjudicação do Pregão Eletrônico para Sistema de Registro de Preços será por item, visando propiciar a ampla participação de licitantes, que embora não dispondo de capacidade para o fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens.
- 6.2. O objetivo do parcelamento é o de melhor aproveitar os recursos disponíveis no mercado e ampliar a competitividade, sendo que o parcelamento é técnica e economicamente viável e não representa perda de economia de escala, conforme disposto no art. 18 § 1º, inciso VIII da Lei nº 14.133/2021.
- 6.3. Diante do exposto, registramos a viabilidade da divisão da solução por itens, pois motiva a ampliação da competitividade de mercado.
- 6.4. Visando melhor gestão e de acordo com a previsão no planejamento, as aquisições serão realizadas de forma parcelada de acordo com as demandas das unidades com a inserção de novos cursos e que são ampliadas de acordo com a aprovação de novos projetos oriundos de emendas parlamentares ou novas propostas de adesões aos programas educacionais do Governo Estadual e Federal.

7. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

- 7.1. A presente contratação tem por finalidade a aquisição de recursos pedagógicos acessíveis, materiais didáticos inclusivos e instrumentos de apoio ao processo de ensino e aprendizagem destinados ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) no âmbito da Rede do Instituto de Educação Profissional e Tecnológica – IEPTEC.
- 7.2. A demanda decorre do levantamento de necessidades realizado junto às unidades educacionais da rede, o qual evidenciou a insuficiência de materiais pedagógicos específicos voltados ao atendimento de estudantes público da educação especial, especialmente aqueles com deficiência visual, baixa visão e outras necessidades educacionais específicas. Nesse contexto, verificou-se a necessidade de disponibilização de recursos pedagógicos acessíveis que possibilitem o desenvolvimento de práticas educacionais inclusivas, adaptadas às diferentes formas de aprendizagem e às especificidades desses estudantes.
- 7.3. O Atendimento Educacional Especializado – AEE constitui serviço de caráter complementar e suplementar à formação dos estudantes público-alvo da educação especial, sendo fundamental para promover a acessibilidade pedagógica, eliminar barreiras no processo educacional e assegurar igualdade de oportunidades no acesso ao conhecimento. Dessa forma, a disponibilização de materiais pedagógicos acessíveis e instrumentos didáticos adequados possibilita o desenvolvimento de metodologias diferenciadas, estratégias pedagógicas adaptadas e práticas educacionais mais inclusivas.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - IEPTEC

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000011/2026

7.4. Os materiais previstos nesta contratação compreendem jogos educativos, recursos pedagógicos em Braille, materiais didáticos acessíveis, instrumentos de apoio à baixa visão, livros interativos e demais recursos voltados ao estímulo cognitivo, à alfabetização, ao raciocínio lógico, ao desenvolvimento sensorial e às habilidades socioemocionais dos estudantes. Tais recursos contribuem diretamente para o fortalecimento das práticas pedagógicas inclusivas, permitindo maior interação dos estudantes com os conteúdos educacionais e ampliando as possibilidades de aprendizagem.

7.5. A disponibilização desses recursos nas unidades educacionais da Rede IEPTEC permitirá a implementação de metodologias pedagógicas mais interativas, lúdicas e acessíveis, favorecendo a participação ativa dos estudantes nas atividades formativas e contribuindo para a melhoria da qualidade do processo educacional. Além disso, tais materiais auxiliam no desenvolvimento das competências cognitivas, sociais e motoras dos estudantes, fortalecendo as ações institucionais voltadas à inclusão educacional.

7.6. Por outro lado, a inexistência ou insuficiência desses materiais pode comprometer a efetividade das práticas pedagógicas planejadas, limitar a utilização de metodologias ativas de aprendizagem e dificultar o atendimento adequado aos estudantes com necessidades educacionais específicas, impactando negativamente a qualidade do ensino ofertado.

7.7. Dessa forma, a contratação mostra-se necessária para assegurar condições adequadas para a execução das atividades pedagógicas inclusivas desenvolvidas no âmbito da Rede IEPTEC, garantindo o acesso a recursos didáticos diversificados e adequados às demandas do Atendimento Educacional Especializado.

7.8. Ressalta-se ainda que a contratação encontra respaldo no planejamento institucional, estando alinhada ao Planejamento Estratégico 2024–2027 e prevista no Plano de Contratações Anual – PCA/2026, bem como conta com previsão orçamentária decorrente de emenda parlamentar impositiva.

7.9. Ademais, a presente contratação observa os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, planejamento e desenvolvimento nacional sustentável, previstos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e no Decreto Estadual nº 11.363, de 22 de novembro de 2023, contribuindo para o fortalecimento das políticas públicas de inclusão educacional e para a melhoria da qualidade das ações educacionais desenvolvidas pelo Instituto de Educação Profissional e Tecnológica – IEPTEC.

8. NATUREZA DA CONTRATAÇÃO

8.1. Os itens possuem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, enquadrando-se como bens comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.

8.2. A Contratação será através de Pregão Eletrônico SRP por item.

8.3. Os licitantes deverão cadastrar propostas que atendam às especificações que compõem o procedimento, em qualidade e exigências contidas no Termo de Referência.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - IEPTEC
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000011/2026

9. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. DA JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DO SRP

9.1.1. A adoção ao Sistema de Registro de Preços justifica-se pela necessidade da aquisição de forma parcelada e pela imprevisibilidade em relação ao quantitativo demandado, o qual será conforme a necessidade do órgão, conforme incisos II e IV do artigo 303 do Decreto Estadual nº 11.363 de 22/11/2023.

10. INDICAÇÃO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE GERENCIADORA DO SRP.

10.1. O IEPTEC é o órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços.

11. DOS ÓRGÃO E ENTIDADES PARTICIPANTES

11.1. A participação de Órgãos ou entidades serão definidos conforme manifestação de interesse, após a publicação da Intenção de Registro de Preços - IRP.

12. PRAZO PARA ASSINATURA DA ATA DE SRP.

12.1. Findo o processo licitatório, a qualquer momento, de acordo com as necessidades da Administração, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocado, a licitante vencedora e o Instituto Estadual de Educação Profissional e Tecnológica poderão formalizar a Ata de Sistema de Registro de Preços.

12.2. O prazo de convocação, para assinatura da ata de SRP, poderá ser prorrogado uma vez por igual período, conforme condições indicadas no parágrafo 1º do art. 322 do Decreto Estadual nº 11.363 de 22.11.2023.

13. PRAZO PARA VIGÊNCIA DA ATA DE SRP

13.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

13.2. Ocorrendo a prorrogação da vigência da ata, poderá ser prorrogado a renovação dos quantitativos iniciais da ARP.

13.3. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida na forma prevista no art. 341 do Decreto Estadual nº 11.363 de 22.11.23.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - IEPTEC
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000011/2026

14. PREVISÃO E JUSTIFICATIVA DA POSSIBILIDADE DE ADESÃO POR ÓRGÃOS E ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES.

14.1. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, inclusive empresas estatais que não figurem no rol de órgãos e entidades participantes, mediante anuência expressa do órgão ou entidade gerenciadora e detentora, atendidos os limites do art. 336 e as demais condições previstas no Decreto Estadual nº 11.363 de 22/11/2023.

15. DA FORMALIZAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. Serão registrados os preços na forma estabelecida no Decreto Estadual nº 11.363, de 22 de dezembro de 2023, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 82 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, conforme minuta da Ata de Registro, não obrigando o IEPTEC a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitação específica para o fornecimento, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

15.2. A Ata de Registro de Preços terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.

15.3. As demais disposições que regulam o uso da Ata de Registro de Preços estão definidas na minuta da Ata, anexo do TR.

16. OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO OU ENTIDADE GERENCIADORA (ART. 307 DO DECRETO ESTADUAL Nº. 11.363 DE 22/11/2023)

16.1. Instaurar e realizar procedimento público de IRP, ou justificar sua não abertura.

16.2. Dar publicidade aos demais órgãos e entidades para que manifestem seu interesse na aquisição de bens, contratação de obras ou serviços objeto de licitação para registro de preços, estabelecendo, quando for o caso, número máximo de participantes, em conformidade com sua capacidade de gerenciamento.

16.3. Informar a descrição do objeto, disponibilizando o ETP, TR, projeto básico ou documento que contenha as especificações mínimas orientadoras da contratação, quando houver.

16.4. Aceitar ou recusar, justificadamente, no que diz respeito à IRP:

- a) os quantitativos considerados ínfimos;
- b) a inclusão de novos itens; e
- c) Os itens de mesma natureza com modificações em suas especificações.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - IEPTEC

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000011/2026

- 16.5. Consolidar informações relativas à estimativa individual e ao total de consumo, promover a adequação dos TRs ou projetos básicos encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização, e determinar a estimativa total de quantidades da contratação.
- 16.6. Realizar pesquisa de mercado para identificar o valor estimado da licitação e, quando for o caso, consolidar os dados das pesquisas de mercado realizadas pelos órgãos e entidades participantes, inclusive na hipótese de compra centralizada.
- 16.7. Confirmar, junto aos órgãos ou entidades participantes, sua concordância com o objeto, inclusive quanto aos quantitativos e ao TR ou projeto básico, caso o órgão ou entidade gerenciadora entenda pertinente.
- 16.8. Promover os atos necessários à instrução processual para a realização do processo licitatório e todos os atos deles decorrentes, como a assinatura da ata de registro de preços e sua disponibilização aos órgãos ou entidades participantes.
- 16.9. Definir o direito de preferência para as contratações decorrentes da ata de registro de preços.
- 16.10. Remanejar os quantitativos da ata de registro de preços.
- 16.11. Assinar, gerenciar e fiscalizar o cumprimento da ata de registro de preços.
- 16.12. Publicar a ata de registro de preços e eventuais alterações no PNCP.
- 16.13. Conduzir as negociações para alteração ou atualização dos preços registrados.
- 16.14. Deliberar quanto à adesão posterior de órgãos e entidades que não tenham manifestado interesse durante o período de divulgação da IRP, desde que não tenha sido finalizada a consolidação de que trata o inciso IV.
- 16.15. Verificar se as manifestações de interesse em participar do registro de preços atendem ao disposto no art. 303 e indeferir os pedidos que não o atendam.
- 16.16. Vedar a participação de órgão ou entidade que já figure como participante de ata de registro de preços vigente, formalizada com o mesmo objeto, salvo se o quantitativo registrado for inferior ao demandado ou se a intenção de participação se referir a demanda para substituição de ata de registro de preços.
- 16.17. Dar conhecimento aos participantes sobre eventuais alterações na ata de registro de preços.
- 16.18. Formalizar a prorrogação do prazo de vigência da ata de registro de preços, quando cabível.
- 16.19. Convocar os integrantes do cadastro de reserva, quando for o caso.
- 16.20. Aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no processo licitatório ou na contratação direta e registrá-las nos sistemas pertinentes.
- 16.21. Aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento dos itens pactuado na ata de registro de preços em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, e registrá-las nos sistemas pertinentes; e



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - IEPTEC
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000011/2026

- 16.22. Aceitar, excepcionalmente, a prorrogação do prazo previsto no § 3º do art. 334.

17. OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA DE SRP

- 17.1. Competirá ao órgão ou entidade não participante os atos relativos à fiscalização e gestão contratual, inclusive em relação à aplicação de eventuais penalidades, informando as ocorrências ao órgão ou entidade gerenciadora.

18. DO CONTRATO

18.1. PRAZO DO CONTRATO

- 18.1.1. Findo a contratação pública, a qualquer momento, de acordo com a necessidade da Administração, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, a licitante vencedora e o Instituto Estadual de Educação Profissional e Tecnológica poderão celebrar o Termo de Contrato.

- 18.1.2. Se a licitante vencedora não comparecer dentro do prazo previsto para assinar o contrato, será aplicado o disposto no Art. 90 da Lei 14.133/2021, ficando sujeita às sanções previstas neste Termo de Referência.

- 18.1.3. Para assinatura do Termo de Contrato e retirada da nota de empenho é indispensável a manutenção das condições de habilitação apresentadas pela adjudicatária na contratação direta. O resultado dessa verificação deverá ser impresso e juntado aos autos do processo.

19. DA VIGÊNCIA

- 19.1. O Termo de contrato iniciará na vigência na data de sua assinatura e sua duração é de 12 meses, podendo ser prorrogada por igual período.

- 19.2. No período de vigência do Contrato estão incluídos todos os prazos necessários à perfeita execução do objeto nos termos pactuados entre as partes.

- 19.3. A vigência poderá ser prorrogada apenas nos casos previstos no art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

20. DA EFICÁCIA

- 20.1. A eficácia do contrato estará condicionada à publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado do Acre.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - IEPTEC
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000011/2026

20.2. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, nos termos do art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

21. FUNDAMENTOS DA CONTRATAÇÃO

21.1. DA REFERÊNCIA E NO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL

21.1.1. A contratação para as aquisições dos produtos especificados no item 2 deste Termo de Referência, tem previsão no plano de trabalho dos projetos e estão previstos no Plano de Contratação Anual – PCA.

22. LEGISLAÇÃO QUE PODERÁ SER APLICADA AO OBJETO:

22.1. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021- Regulamento da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Decreto nº 11.363 de 22.11.2023.

23. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

23.1. DA SUBCONTRATAÇÃO

23.1.1. Não será admitida a subcontratação total ou parcial para o objeto a ser contratado.

24. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

24.1. Não será exigida a garantia contratual prevista nos art. 58 (a administração poderá exigir da empresa licitante a comprovação de garantia de proposta, como requisito de pré - habilitação) e art. 96 - "a critério da autoridade competente, em cada caso, poderá ser exigida, mediante previsão no edital, prestação de garantias nas contratações de obras, serviços e fornecimentos".

24.2. Justificamos nossa opção por propor a não exigência de garantia por entendermos que a aquisição é de baixa complexidade.

24.3. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

25. OBSERVÂNCIA ÀS NORMAS DE INTEGRIDADE E ANTICORRUPÇÃO



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - IEPTEC
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000011/2026

25.1. A empresa contratada deverá cumprir, durante toda a execução do contrato, a legislação pertinente à integridade nas relações com a Administração Pública, especialmente a Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), bem como observar os princípios da moralidade, legalidade e interesse público.

25.2. O contrato a ser celebrado conterá cláusula específica sobre a obrigação de cumprimento das normas de integridade e combate à corrupção.

26. DA AMOSTRA

26.1. Não será exigida amostra pelas características dos itens.

27. DA GARANTIA EXIGIDA E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

27.1. Os produtos deverão possuir garantia mínima contra defeitos de fabricação, conforme as condições estabelecidas pelo fabricante e em consonância com a legislação vigente, especialmente o Código de Defesa do Consumidor.

27.2. **Para o item 3** – Lupa eletrônica, a garantia deverá ser de, no mínimo, 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo do objeto.

27.3. Durante o período de garantia, a contratada deverá assegurar a prestação de assistência técnica, compreendendo manutenção preventiva e corretiva, sem ônus adicional para a Administração, incluindo a substituição de peças, componentes ou do próprio equipamento, quando necessário.

27.4. A assistência técnica deverá ser prestada por rede autorizada ou pelo próprio fornecedor, devendo ocorrer em prazo razoável, a ser definido no instrumento contratual, garantindo a continuidade do uso do equipamento, especialmente em razão de sua finalidade pedagógica e de apoio ao Atendimento Educacional Especializado (AEE).

27.5. Caso o equipamento apresente defeitos recorrentes ou vícios que comprometam seu funcionamento adequado, a contratada deverá realizar a substituição do produto por outro novo, com as mesmas especificações ou superiores, no prazo a ser estipulado.

28. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO.

28.1. LOCAL DE ENTREGA:

28.2. A entrega deverá ser realizada no endereço indicado pelo IEPTEC, **Almoxarifado, Rua Estácio de Sá, 45 - Bairro José Augusto Rio Branco - AC - CEP 69900794, no horário de expediente da contratante.**



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - IEPTEC
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000011/2026

29. 19. PRAZO PARA ENTREGA:

- 29.1. O prazo de entrega será de até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento, podendo ser prorrogado mediante justificativa formal e aceita pela Administração.
- 29.2. A ordem de serviços deve ter a ciência e o recebido da contratada, num prazo de 24 horas, caso não seja realizada a devolutiva assinada, será considerada a data do envio, da ordem de serviços, por meio eletrônico.

30. CONDIÇÕES PARA ENTREGA:

- 30.1. A Empresa contratada deverá entregar os itens em conformidade com as especificações contidas neste Termo de Referência e em sua Proposta, sem defeitos ou avarias e datas de validade nos padrões exigidos, sendo aplicadas todas as normas e exigências do Código de Defesa do Consumidor (art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90) e demais legislação aplicáveis à espécie.
- 30.2. O descumprimento do prazo estipulado acarretará à empresa contratada as sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021 e no Edital e seus anexos.
- 30.3. No caso de empresa contratada prever atraso no início ou na conclusão da entrega, poderá solicitar prorrogação de prazo, desde que presentes: justo motivo, prova documental da alegação e que o pedido seja encaminhado ao gestor do contrato.
- 30.4. Os atrasos na entrega e outros descumprimentos de prazos poderão ser considerados inexecução contratual, podendo acarretar na aplicação das sanções previstas no TR, no Edital e seus anexos, sem prejuízos das cominações legais previstas.
- 30.5. Não sendo apresentado pedido de prorrogação, ou caso apresentado, não seja aceito, a aplicação das sanções prevista neste Termo de Referência e no contrato realizar-se-á em procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa à Empresa contratada.
- 30.6. A entrega será efetuada no local designado na ordem de entrega.

31. DO RECEBIMENTO

- 31.1. O recebimento do objeto da contratação ocorrerá em duas etapas e será realizado:
- 31.1.1. **Provisoriamente:** os produtos serão recebidos provisoriamente no prazo de até 2 (dois) dias úteis, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - IEPTEC
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000011/2026

- 31.1.2. **Definitivamente:** Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação mediante termo circunstanciado e/ou atesto do documento fiscal, pela respectiva unidade administrativa.
- 31.2. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 31.3. O recebimento provisório ocorrerá no prazo de até 5 dias úteis e o definitivo no prazo de até 10 dias úteis, conforme art. 140 da Lei nº 14.133/2021.
- 31.4. A Administração contratante emitirá o documento de aceite somente após o recebimento definitivo e restar constatado ter a empresa contratada cumprido suas obrigações e estar o objeto em condições de recebimento.
- 31.5. No ato do recebimento, caso o objeto apresentado não esteja em conformidade com este Termo de Referência, os itens serão recusados total ou parcialmente, conforme o caso, sem direito a indenização à empresa contratada.
- 31.6. O recebimento definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da empresa contratada quanto aos vícios ocultos, ou seja, que só são manifestados quando da sua normal utilização pela Administração contratante, nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90). 28.7. Se houver erro no documento fiscal, ou qualquer outra circunstância que impeça o recebimento definitivo, este ficará pendente e o pagamento será suspenso, não podendo a Empresa contratada interromper a execução do objeto até o saneamento das irregularidades.
- 31.7. Durante o período em que o recebimento definitivo estiver pendente e o pagamento suspenso por culpa da empresa contratada, não incidirá sobre a Administração contratante qualquer ônus, inclusive financeiro.

32. DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATANTE

- 32.1. Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 14.133/2021, e demais normas pertinentes, o Contratante deverá:
- 32.1.1. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da empresa contratada, através de comissão/servidor especialmente designado.
- 32.1.2. Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias.
- 32.1.3. Comunicar à empresa contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.
- 32.1.4. Efetuar o pagamento à empresa contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.
- 32.1.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal fornecida pela empresa contratada.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - IEPTEC
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000011/2026

- 32.1.6. Observar as obrigações resultantes da Lei nº 14.133.
- 32.1.7. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste termo de referência.
- 32.1.8. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes neste termo de referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.
- 32.1.9. Verificar a regularidade da empresa contratada, junto ao Sistema de Administração Orçamentária, Financeira e Contábil – SAFIRA da Secretaria de Estado da Fazenda SEFAZ/AC, antes de cada pagamento.
- 32.1.10. Verificar, por ocasião do pagamento, a regularidade da empresa contratada junto à Seguridade Social (INSS), Receita Federal, FGTS, Justiça do Trabalho, Fazenda Estadual e Prefeitura Municipal.
- 32.1.11. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, bem como, por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA e de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 32.1.12. Solicitar à CONTRATADA e seus prepostos, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento do contrato.
- 31.1.13. Atestar na nota fiscal a efetiva entrega do objeto.

33. DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA

- 33.1. A empresa contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 33.1.1. Comunicar à administração contratante, no prazo máximo de 03 (três) dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- 33.1.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia.
- 33.1.3. Emitir nota fiscal no valor pactuado juntamente com as comprovações de regularidade junto à Seguridade Social (INSS), Receita Federal, Fazenda Estadual e Prefeitura Municipal, apresentando à Contratante para ateste e pagamento.
- 33.1.4. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 33.1.5. Manter atualizado o seu cadastro junto ao Sistema de Administração Orçamentária, Financeira e Contábil – SAFIRA da Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ/AC.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - IEPTEC
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000011/2026

- 33.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
- 33.1.7. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos.
- 33.1.8. Sujeitar-se às disposições do Código de Defesa do Consumidor; (Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990).
- 33.1.9. As entregas serão efetuadas no local designado na ordem de entrega.

34. MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO

- 34.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 34.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 34.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 34.4. O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 34.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

35. FISCAL DO CONTRATO

- 35.1. São atribuições do fiscal de contratos, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos:
- 35.1.1. Conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos, do Instrumento Contratual e seus anexos e eventuais aditivos/apostilamentos;
- 35.1.2. Atestar, em documento hábil, o fornecimento ou a entrega de bens permanentes ou de consumo e a prestação do serviço, após conferência prévia do objeto contratado;



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - IEPTEC

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000011/2026

- 35.1.3. No caso de compras, acompanhar a entrega dos bens, verificando sua quantidade e qualidade;
- 35.1.4. Registrar todas as ocorrências havidas durante o período de execução do contrato, em livro próprio;
- 35.1.5. Observar os prazos contratuais para a regularização de eventuais falhas e, no caso da inexistência de sua previsão, estabelecer juntamente com o Gestor de Contrato, prazo razoável para medida saneadora;
- 35.1.6. Conhecer suas atribuições e responsabilidades para o exercício das atividades de fiscalização;
- 35.1.7. Assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas pela contratada;
- 35.1.8. Apresentar, periodicamente ou quando solicitado, relatório circunstanciado de acompanhamento da execução do serviço, da entrega do material ou do bem, que deverá ser instruído com registros fotográficos e demais documentos probatórios, quando for o caso;
- 35.1.9. Acompanhar rotineiramente a execução dos serviços contratados, assim como conferir se os utensílios e materiais requisitados foram entregues em perfeitos estado e nas mesmas condições e características pactuadas;
- 35.1.10. Atuar em tempo hábil na solução dos problemas que porventura venham a ocorrer ao longo da execução contratual, desde que não ultrapassem suas competências;
- 35.1.11. Encaminhar as questões que ultrapassem suas atribuições ao Gestor do Contrato;
- 35.1.12. Providenciar, sempre por escrito, a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada.
- 35.1.13. Cientificar o gestor do contrato e também o Ordenador de Despesas do órgão/entidade contratante da possibilidade de não conclusão do objeto na data pactuada, com as devidas justificativas;
- 35.1.14. Realizar, juntamente com a contratada, as entregas dos produtos nas datas estabelecidas, antes de atestar as respectivas notas fiscais;
- 35.1.15. Reportar-se sempre ao preposto da contratada, não devendo, em hipótese alguma, dar ordens diretamente aos seus empregados;
- 35.1.16. Emitir atestados ou certidões de avaliação dos serviços prestados;
- 35.1.17. Emitir atestado ou certidão de realização das entregas dos produtos, total ou parcial;
- 35.1.18. Informar o Gestor do Contrato sobre irregularidade que deva ser sanada;
- 35.1.19. Representar, levando ao conhecimento das autoridades a execução de ato ilícito que tenha tido conhecimento em razão de seu ofício.

36. GESTOR DO CONTRATO

- 36.1. São atribuições do Gestor de Contratos, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos:



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - IEPTEC

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000011/2026

- 36.1.1. Conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos, do Instrumento Contratual e seus eventuais aditivos;
- 36.1.2. Gerenciar todo o Processo Administrativo de Despesa Pública – PADP referente à contratação;
- 36.1.3. Assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas, com qualidade e em respeito à legislação vigente;
- 36.1.4. Solicitar periodicamente ao fiscal do contrato relatório das ocorrências para que, sendo o caso, possa tomar as providências cabíveis a fim de corrigi-las;
- 36.1.5. Atuar em tempo hábil na solução dos problemas de sua alçada que venham a ocorrer ao longo da execução contratual;
- 36.1.6. Analisar notas/glosas escritas pelo fiscal, a fim de constatar a possível necessidade de descontos a serem realizados no valor mensal dos serviços/compras, informando-as ao setor financeiro;
- 36.1.7. Encaminhar formalmente as demandas ao preposto por meio de ordem de serviço/entrega ou fornecimento;
- 36.1.8. Repassar ao Fiscal de Contratos todas as informações e documentos relativos ao contrato, para que este último possa bem fiscalizá-lo;
- 36.1.9. Dar publicidade e manter semanalmente atualizados os dados de cada PADP sob sua gerência por meio da inserção de dados em meios informatizados;
- 36.1.10. Acompanhar a vigência do instrumento contratual, a fim de proceder às diligências administrativas de prorrogação, se possível e vantajoso for, ou ao encerramento da contratação, de modo a garantir o atendimento do interesse público;
- 36.1.11. Propor medidas que melhorem a execução do contrato.
- 36.1.12. Conhecer suas atribuições para o exercício das atividades de gestão;
- 36.1.13. Encaminhar ao respectivo responsável, as questões que ultrapassam o âmbito das suas atribuições para que possam ser solucionadas;
- 36.1.14. Providenciar, sempre por escrito, a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada.
- 36.1.15. Alimentar o Portal da Transparência e de Acesso à Informação do Governo, os sistemas informatizados para Gestão dos Contratos Administrativos e outros subsistemas quanto a informações inerentes aos contratos que gerencia, responsabilizando-se por tais informações, inclusive, sempre quando solicitadas;
- 36.1.16. Negociar condições previamente estabelecidas com o contratante sempre que o mercado assim o exigir e quando da sua prorrogação, nos termos da Lei;
- 36.1.17. Informar periodicamente ao Ordenador de Despesas do órgão/entidade sobre ocorrências relacionadas ao contrato. Por exemplo: execução de ajustes, requerimento de concessão de reajuste, prorrogações e etc., encaminhando, sempre que solicitado, o relatório de acompanhamento de obras ou serviços prestados



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - IEPTEC
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000011/2026

comunicando as irregularidades encontradas;

36.1.18. Juntamente com o fiscal, deve levar ao conhecimento do Ordenador de Despesas do órgão/entidade, sempre por escrito, instruções relativas a modificações de projetos aprovados, alterações de prazos, cronogramas e demais informações correlatas ao contrato, emitindo pareceres e relatórios técnicos como forma de subsidiar a Administração na tomada de decisões;

36.1.19. Obter a formalização da designação do preposto junto à contratada;

36.1.20. Elaborar o plano de inserção, instrumento pelo qual deverá ocorrer o repasse ao contratado dos conhecimentos necessários para a execução dos serviços, e disponibilizar infraestrutura adequada à contratada para execução do pactuado, quando for o caso;

36.1.21. Notificar a contratada, por ordem do Ordenador de Despesas do órgão/entidade contratante, sobre irregularidades encontradas; e

36.1.22. Controlar a regularidade do adimplemento das obrigações trabalhistas e previdenciárias da contratada com seus empregados.

37. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

37.1. O pagamento dos produtos efetivamente fornecidos será efetuado à empresa contratada no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento do documento fiscal, compreendido nesse período a fase de ateste deste, o qual conterà o endereço, o CNPJ, os números do Banco, da Agência e da Conta Corrente da Empresa contratada, o número da Nota de Empenho e a descrição clara do objeto – em moeda corrente nacional, de acordo com as condições constantes na proposta da Empresa contratada e aceita pela Administração contratante.

37.2. A emissão da ordem bancária será efetivada após o documento fiscal ser conferido, aceito e atestado por servidor responsável, caracterizando o recebimento definitivo, e ter sido verificada a regularidade da Empresa contratada, mediante consulta on-line ao Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores (SICAF), ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ e à Certidão Negativa (ou Positiva com efeito de Negativa) de Débitos Trabalhistas (CNDT), para comprovação, dentre outras coisas, do devido recolhimento das contribuições sociais (FGTS e Previdência Social) e demais tributos estaduais, federais e municipais, conforme cada caso.

37.3. O documento fiscal deverá ser emitido em nome do:

a) Instituto de Educação Profissional e Tecnológica – IEPTEC

b) CNPJ 07.827.773/0002-95.

37.3.1. A empresa contratada deve apresentar o documento fiscal de fornecimento de material, emitido e entregue ao fiscal do contrato, para fins de liquidação e pagamento.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - IEPTEC
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000011/2026

37.3.2. Na ocorrência de rejeição do documento fiscal motivado por erro ou incorreções, o mesmo será devolvido à empresa contratada para retificação e reapresentação, acrescendo-se, no prazo fixado para pagamento, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

37.3.3. Nos casos de eventuais atrasos injustificados de pagamento, desde que a Empresa contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Administração contratante, desde a data limite fixada para pagamento até a data do efetivo pagamento, será a seguinte:

EM = N X VP X I/365), onde:

EM = Encargos moratórios a serem pagos pelo atraso de pagamento;

N = Número de dias de atraso contados entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso; e

I = IPCA anual acumulado (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado do IBGE) / 100.

37.3.4. Os documentos de cobrança deverão ser entregues pela empresa contratada, no endereço indicado pela contratante no item 19.1 deste TR.

37.3.5. Em nenhuma hipótese será efetuado pagamento de documento fiscal com o número do CNPJ/MF diferente do que foi apresentado na proposta de preços, mesmo que sejam empresas consideradas matriz e filial ou vice-versa, ou pertencentes ao mesmo grupo ou conglomerado.

37.3.6. Não será realizado qualquer tipo de pagamento através de boleto bancário ou por outro meio diferente do previsto no Contrato.

37.3.7. A Administração contratante, no momento do pagamento, providenciará as devidas retenções tributárias, nos termos da legislação vigente, exceto nos casos em que a empresa contratada comprovar, na forma prevista em lei, não lhe serem aplicáveis tais retenções.

37.3.8. Caso a empresa contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das ME e EPP – SIMPLES, desde que não haja vedação legal para tal opção em razão do objeto executado, deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

38. DAS SANÇÕES

38.1. Possível atraso na execução das obrigações assumidas deverá, obrigatoriamente, constar de justificativa protocolada no Instituto Estadual de Educação Profissional e Tecnológica - IEPTEC, até o 3º dia útil anterior à data prevista para o fornecimento do produto.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - IEPTEC
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000011/2026

- 38.2. 28.2. Não acolhida à justificativa de atraso ou não tendo sido apresentada, a CONTRATADA sujeitar-se-á a multa aplicada no Art. 19, do Decreto nº 5.965 de 30 de dezembro de 2010.
- 38.3. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e ampla defesa à Contratada, observando-se os procedimentos previstos na Lei nº 14.133/21 e no Decreto nº 11.363, de 22 de novembro de 2023.
- 38.4. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) der causa à inexecução total do contrato;
 - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato; f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 37.5. 28.5. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- 38.4.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 38.4.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 38.4.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 38.5. **Multa:**
- 38.5.1. Moratória de 0,5% ao dia, limitada a 20% do valor da parcela inadimplida., até o limite de 30 (trinta) dias;
- 38.5.2. Compensatória de até 20% do valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.
- 38.5.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - IEPTEC
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000011/2026

- 38.5.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 38.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- 38.6.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 38.6.2. As peculiaridades do caso concreto;
- 38.6.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 38.6.4. Os danos que dela provierem para o Contratante;
- 38.6.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

39. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 39.1. **DA MODALIDADE**
- 39.1.1. Pregão Eletrônico - SRP.

29.2. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 39.1.2. Menor preço por item.

40. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- 40.1. Menor preço por item.

41. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 41.1. As empresas participantes deste certame deverão apresentar atestado de capacidade técnica compatível com o objeto licitado, expedida por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante fornecido satisfatoriamente os materiais pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação, podendo ser exigido, em diligência, da proposta melhor classificada, que apresente cópia autenticada do contrato ou da (s) respectiva (s) nota (s) fiscal (is), que deram origem ao Atestado.

- 41.2. O (s) atestado (s) deverá (ão) conter o nome, o endereço e o telefone de contato do (s) atestador (es), ou qualquer outro meio que permita ao órgão promotor da licitação manter contato, caso seja necessário, com quem



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - IEPTEC
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000011/2026

emitiu o referido documento.

42. PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

42.1. Em cumprimento ao Art. 48, I da Lei Complementar nº 123/2006, registramos que todos os itens deste processo licitatório serão destinados à participação exclusiva das microempresas e empresas de pequeno porte. Para cada item deverá haver a participação, no mínimo, de 03 microempresas ou empresas de pequeno porte com apresentação de proposta. O não atendimento à condição acima caracterizará o descumprimento do disposto no art. 49, II da Lei Complementar nº 123/2006, tornando o item de ampla disputa.

43. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

43.1. O licitante deverá comprovar através seu balanço do último exercício social, que possui patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, na forma da lei, de acordo com o §4º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021.

43.2.

44. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

44.1. O valor estimado para a contratação e de R\$ ____ ().

44.2. O custo estimado da contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento da contratação pública.

45. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS DE EMPRESAS

45.1. A formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital. Não é, contudo, o que ocorre no objeto em tela. Portanto, não será permitida a participação de consórcios, visto não se tratar de objeto de alta complexidade ou de grande vulto econômico.

46. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

46.1. A contratação do objeto da licitação, está prevista no Plano de Contratação Anual PCA 2025/2026.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - IEPTEC
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000011/2026

46.2. Considerando que o presente processo licitatório será realizado sob o Sistema de Registro de preços (SRP), não há a necessidade de indicação neste Termo de Referência da dotação orçamentária específica.

47. RESPONSÁVEIS

Elaborado por: Maria José Sousa da Silva

Revisado por: Anieliza Aparecida Gomes

ANIELIZA APARECIDA GOMES DE SOUZA

Chefe do Departamento de Programas e Projetos

Portaria nº 043/2023/GAB/IEPTEC

REQUISITANTE

Alírio Wanderley Neto

Presidente do Instituto Estadual de Educação Profissional e Tecnológica – IEPTEC

Decreto nº 052-P/2023

AUTORIZADOR



Documento assinado eletronicamente por **ALIRIO WANDERLEY NETO**, em 08/05/2026, às 09:32, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018.



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - IEPTEC
TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000011/2026



Documento assinado eletronicamente por **ANIELIZA APARECIDA GOMES DE SOUZA**, em 08/05/2026, às 11:00, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://compras.ac.gov.br/validador/documento>, informando o código verificador **CP1BC5C4 7393AFAA 29C49EA3 96FB0F78** e código CRC **F482A3**